

ASSOCIAÇÃO SOLIDARIEDADE SOCIAL MOUTA AZENHA NOVA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte : 502981482
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	2 167 081,69	2 157 396,70
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	12.1	3 890,80	5 472,77
		2 170 972,49	2 162 869,47
Ativo corrente			
Inventários	7	14 650,59	17 226,95
Créditos a receber	12.2	5 353,96	6 412,70
Estado e outros entes públicos	12.8	18 496,64	6 298,32
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	12.16	12,00	0,00
Diferimentos	12.4	10 162,65	8 914,13
Outros ativos correntes	12.3	102 941,64	73 002,43
Caixa e depósitos bancários	12.5	259 405,06	221 822,18
		411 022,54	333 676,71
Total do ativo		2 581 995,03	2 496 546,18
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.6	2 239,65	2 239,65
Resultados transitados	12.6	364 084,17	259 377,54
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	12.6	1 398 444,99	1 373 942,26
		1 764 768,81	1 635 559,45
Resultado líquido do período		106 296,03	104 706,63
Total dos fundos patrimoniais		1 871 064,84	1 740 266,08
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6	468 559,01	560 183,93
		468 559,01	560 183,93
Passivo corrente			
Fornecedores	12.7	25 067,36	13 094,01
Estado e outros entes públicos	12.8	26 089,98	27 629,90
Diferimentos	12.4	42 631,75	16 091,99
Outros passivos correntes	12.9	148 582,09	139 280,27
		242 371,18	196 096,17
Total do passivo		710 930,19	756 280,10
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 581 995,03	2 496 546,18

ORIGINAL ASSINADO PELOS MEMBROS DA DREÇÃO E PELO CC

ASSOCIAÇÃO SOLIDARIEDADE SOCIAL MOUTA AZENHA NOVA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

502981482

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 018	2 017
Vendas e serviços prestados	8	460 844,70	450 484,91
Subsídios, doações e legados à exploração	9 / 12.10	1 043 595,47	1 004 257,65
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-27 545,47	-32 824,44
Fornecimentos e serviços externos	12.11	-376 842,36	-307 341,52
Gastos com o pessoal	10	-942 488,44	-955 651,98
Aumentos/reduções de justo valor	12.12	0,00	0,09
Outros rendimentos	12.13	43 165,28	35 618,14
Outros gastos	12.14	-13 252,83	-12 575,68
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		187 476,35	181 967,17
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-74 214,40	-69 675,40
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		113 261,95	112 291,77
Juros e gastos similares suportados	6 / 12.15	-6 965,92	-7 585,14
Resultados antes de impostos		106 296,03	104 706,63
Resultado líquido do período		106 296,03	104 706,63

ORIGINAL ASSINADO PELOS MEMBROS DA DIREÇÃO E PELO CC.

ASSOCIAÇÃO SOLIDARIEDADE SOCIAL MOUTA AZENHA NOVA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 502981482

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS										
	Pré-escolar	CATL	CAFAP	RSI	POISE	Creche	Centro Dia	SAD	2018	2017	
Vendas e serviços prestados	65 178,80	41 269,37	332,74	332,74	0,00	103 612,63	149 700,38	100 418,04	460 844,70	450 484,91	
Custo das vendas e dos serviços prestados	-127 479,45	-69 934,73	-67 914,19	-270 805,95	0,00	-221 859,95	-157 785,03	-154 529,08	-1 070 308,38	-1 083 944,42	
Resultado Bruto	-62 300,65	-28 665,36	-67 581,45	-270 473,21	0,00	-118 247,32	-8 084,65	-54 111,04	-609 463,68	-633 459,51	
Outros Rendimentos	102 730,69	37 819,71	88 724,10	287 598,78	60 199,04	234 017,89	108 724,95	166 945,59	1 086 760,75	1 039 875,88	
Gastos administrativos	-35 098,67	-29 519,58	-12 853,47	-38 953,82	-60 199,04	-60 354,18	-65 195,84	-48 607,69	-350 782,29	-281 548,92	
Outros Gastos	-2 320,15	-2 543,84	-1 179,01	-1 178,98	0,00	-2 132,12	-2 224,25	-1 674,48	-13 252,83	-12 575,68	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	3 011,22	-22 909,07	7 110,17	-23 007,23	0,00	53 284,27	33 220,21	62 552,38	113 261,95	112 291,77	
Gastos de financiamento (líquidos)	-0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 322,38	-2 321,80	-2 321,72	-6 965,92	-7 585,14	
Resultado antes de impostos	3 011,20	-22 909,07	7 110,17	-23 007,23	0,00	50 961,89	30 898,41	60 230,66	106 296,03	104 706,63	
Resultado líquido do período	3 011,20	-22 909,07	7 110,17	-23 007,23	0,00	50 961,89	30 898,41	60 230,66	106 296,03	104 706,63	

ORIGINAL ASSINADO PELOS MEMBROS DA DIREÇÃO E PELO CC

ASSOC. SOLID. SOC. MOUTA AZENHA NOVA
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		466 361,35	453 907,90
Pagamentos a fornecedores		-431 039,63	-328 929,62
Pagamentos ao pessoal		-625 787,69	-629 208,75
Caixa gerada pelas operações		-590 465,97	-504 230,47
Outros recebimentos/pagamentos		697 782,96	760 958,10
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		107 316,99	256 727,63
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-25 902,01	-158 248,28
Investimentos financeiros		-3 272,51	-2 774,48
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		4 557,39	215,99
Subsídios ao investimento		53 743,38	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		29 126,25	-160 806,77
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-91 624,92	-91 640,47
Juros e gastos similares		-7 235,44	-7 221,48
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-98 860,36	-98 861,95
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		37 582,88	-2 941,09
Caixa e seus equivalentes no início do período		221 822,18	224 763,27
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12.5	259 405,06	221 822,18

ORIGINAL ASSINADO PELOS MEMBROS DA DIREÇÃO E PELO CC

ASMAN

Associação Solidariedade Social Mouta Azenha Nova

Anexo às Demonstrações Financeiras

2018

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	4
3.1	Bases de Apresentação.....	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4	Ativos Fixos Tangíveis	9
5	Ativos Intangíveis.....	10
6	Custos de Empréstimos Obtidos.....	10
7	Inventários	11
8	Rendimentos.....	11
9	Subsídios e outros apoios das entidades públicas.....	12
10	Benefícios dos empregados.....	12
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	13
12	Outras divulgações.....	13
12.1	Investimentos Financeiros	13
12.2	Créditos a receber.....	13
12.3	Outros ativos correntes	14
12.4	Diferimentos	14
12.5	Caixa e Depósitos Bancários	14
12.6	Fundos Patrimoniais	15
12.7	Fornecedores	15
12.8	Estado e Outros Entes Públicos	15
12.9	Outros passivos correntes	15
12.10	Subsídios, doações e legados à exploração	16
12.11	Fornecimentos e serviços externos	16
12.12	Aumentos / reduções de justo valor	16
12.13	Outros rendimentos.....	17
12.14	Outros gastos.....	17
12.15	Resultados Financeiros	17
12.16	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	18
12.17	Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	18
12.18	Acontecimentos após data de Balanço	18

1 Identificação da Entidade

A “ASMAN – Associação Solidariedade Social Mouta Azenha Nova” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social” com estatutos publicados no Diário da República n.º 220, III Série de 22-09-1994, com sede na Rua Heróis do Ultramar s/n, Gueifães, Maia. Tem por fim a promoção da melhoria da qualidade de vida das crianças, jovens, famílias e idosos e o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e justiça entre os indivíduos, prosseguindo como principais objetivos:

- Criar estruturas e valências que permitam dar respostas às necessidades da população alvo e diagnosticar as situações socialmente graves;
- Apoiar e acompanhar todas as crianças e jovens, nomeadamente as crianças com necessidades educativas especiais e respetivas famílias;
- Apoiar e favorecer a integração social e comunitária;
- Proteger os cidadãos na velhice e invalidez em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de incapacidade de trabalho.
- Promover e proteger a saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;
- Promover a educação e formação profissional dos cidadãos;
- Facilitar a resolução dos problemas habitacionais das populações.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos, são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta, em duodécimos, de acordo com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	5 a 6

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Os elementos de reduzido valor são depreciados a 100%, conforme estipulado no artigo 19º do Decreto Regulamentar nº. 25/2009 de 14/9.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade

do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as comparticipações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às comparticipações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma comparticipação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.2.4 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de doadores e associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outros ativos correntes

Os “Clientes” e os “Outros ativos correntes” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.7 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos os dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2017	Adições	Abate	Transferência	31-12-2018
Terreno	359 670,00				359 670,00
Edifício	1 747 520,34			81 543,91	1 829 064,25
Equipamento Básico	113 230,52	1 474,63			114 705,15
Equipamento de Transporte	173 753,22				173 753,22
Equipamento Administrativo	44 112,03	880,85			44 992,88
<i>Investimentos em curso</i>	44 958,87	81 543,91		-81 543,91	44 958,87
Ativo Tangível Bruto	2 483 244,98	83 899,39	0,00	0,00	2 567 144,37

Depreciações Acumuladas					
Edifício	99 712,80	35 351,49			135 064,29
Equipamento Básico	67 021,25	15 528,32			82 549,57
Equipamento de Transporte	115 876,25	22 254,90			138 131,15
Equipamento Administrativo	43 237,98	1 079,69			44 317,67
Depreciações Acumuladas	325 848,28	74 214,40	0,00	0,00	400 062,68
Ativo Tangível Líquido	2 157 396,70	9 684,99	0,00	0,00	2 167 081,69

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2017	Adições	Abate	Transferência	31-12-2018
Programas de Computador	3.297,35				3.297,35
Ativo Intangível Bruto	3.297,35	0,00	0,00	0,00	3.297,35
Amortizações Acumuladas					
Programas de Computador	3.297,35				3.297,35
Amortizações Acumuladas	3.297,35	0,00	0,00	0,00	3.297,35
Ativo Tangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. A rubrica de financiamentos apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	273 304,25	273 304,25	0,00	299 088,11	299 088,11
FRSS	0,00	180 806,68	180 806,68	0,00	226 008,32	226 008,32
Mercedes Financiamento	0,00	14 448,08	14 448,08	0,00	35 087,50	35 087,50
Total	0,00	468 559,01	468 559,01	0,00	560 183,93	560 183,93

Os juros e amortizações de capital dos financiamentos, estão divulgados no quadro seguinte:

Descrição	2018			2017		
	Capital Amortizado	Juros	Total	Capital Amortizado	Juros	Total
Montepio	25 783,86	6 965,82	32 749,68	25 166,16	7 585,11	32 751,27
FRSS	45 201,64		45 201,64	45 201,64		45 201,64
Mercedes Financiamento	20 639,42	0,10	20 639,52	20 639,49	0,03	20 639,52
Total	91 624,92	6 965,92	98 590,84	91 007,29	7 585,14	98 592,43

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

- Existência final

RUBRICAS	31-12-2018	31-12-2017
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	14.650,59	17.226,95
Total	14.650,59	17.226,95

- Inventários e gastos do período

MOVIMENTOS	2018	2017
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	17 226,95	9 764,74
Compras	9 258,21	5 531,63
Regularização inventários (inclui donativos em espécie)	15 710,90	34 755,02
Saldo Final	14 650,59	17 226,95
Gastos do Período	27 545,47	32 824,44

8 Rendimentos

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

RUBRICAS	2018	2017
Prestação de Serviços	460 844,70	450 484,91
Quotas do Utilizadores (mensalidades)	458 516,20	448 053,41
Quotas e Jóias	2 328,50	2 431,50

RUBRICAS	2018	2017
Outros Rendimentos	479,37	1 460,79
Rendimentos Suplementares	472,71	1 460,56
Descontos de pronto pagamento obtidos	4,52	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	2,14	0,23
Juros de depósitos	0,00	225,69
Total	461 324,07	452 171,39

9 Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

DESCRIÇÃO	Natureza	2018		2017	
		Capitais Próprios	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Demonstração de Resultados
ISS, IP	Não Reembolsável	623 680,36	956 275,46	644 689,26	946 378,66
FSE/OE	Não Reembolsável	0,00	60 199,04	0,00	0,00
IEFP	Não Reembolsável	0,00	9 806,12	0,00	41 813,33
C.M. Maia	Não Reembolsável	752 011,27	7 739,79	706 007,68	6 205,54
Total		1 375 691,63	1 034 020,41	1 350 696,94	994 397,53

No âmbito do protocolo de constituição de uma linha de crédito de apoio à economia social entre o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, a CNIS e a Caixa Económica Montepio Geral, a ASMAN contraiu um empréstimo em 2012, com taxa de juro bonificada, para financiamento da construção do novo edifício.

Para concluir o edifício e permitir o funcionamento das respostas sociais instaladas, em 2015 a entidade candidatou-se ao FRSS – Fundo Reestruturação do Setor Solidário, tendo sido atribuído um apoio financeiro, sem juros, no montante de 406.814,92€ a ser reembolsado em oito anos.

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2018 e 2017, foram de 11.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2017 e em 2018 foram, respetivamente, de 70 e de 68.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	18 000,00	18 000,00
Remunerações ao pessoal	735 719,88	727 626,39
Indemnizações	635,34	4 256,64
Encargos sobre as Remunerações	160 322,22	161 420,57
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	10 942,00	7 031,92
Outros Gastos com o Pessoal	2 820,07	3 265,32
lefp – Estágios e Cei	14 048,93	34 051,14
Total	942 488,44	955 651,98

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2018	2017
Outros Investimentos Financeiros		
FCT – Fundo Compensação Trabalho	3.890,80	5.472,77
Total	3.890,80	5.472,77

12.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	5.353,96	6.412,70
Total	5.353,96	6.412,70

12.3 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Devedores por acréscimos de rendimentos	695,76	0,00
Estado e outros Entes Públicos		
ISS – PARES – Edifício	7 623,99	40 223,40
IGEPE – Compensação educadoras	11 203,32	11 193,60
CM Maia – Edifício	0,00	0,00
Iefp	23 330,16	16 807,80
IGF - Poise	58 012,49	0,00
Outros Devedores	2 035,15	3 926,00
Fornecedores (saldos devedores)	40,77	851,63
Total	102 941,64	73 002,43

12.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
Seguros	9 778,07	8 064,11
Rendas antecipadas	374,48	771,65
Condomínio antecipado	10,10	5,00
Outros gastos a reconhecer	0,00	73,37
Total	10 162,65	8 914,13
Rendimentos a Reconhecer		
Mensalidades - adiantamentos	12 863,86	5 757,30
Projeto PO ISE	8 050,96	0,00
Iefp – Estágios profissionais	21 716,93	10 334,69
Total	42 631,75	16 091,99

12.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Caixa	499,87	1 224,97
Depósitos à ordem	258 905,19	220 597,21
Total	259 405,06	221 822,18

12.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	2 239,65			2 239,65
Resultados transitados	259 377,54	104 706,63		364 084,17
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 373 942,26	53 743,38	-29 240,65	1 398 444,99
Total	1 635 559,45	158 450,01	-29 240,65	1 764 768,81

12.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	25.067,36	13.094,01
Total	25.067,36	13.094,01

12.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
ATIVO		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	18 496,64	6 298,32
Total	18 496,64	6 298,32
PASSIVO		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	4 253,63	4 938,55
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) – R. excesso	4 215,50	4 215,50
Segurança Social	17 237,13	18 217,02
Fundos de Compensação do Trabalho	383,72	258,83
Total	26 089,98	27 629,90

12.9 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
	Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos	4 821,60	4 821,62
Credores por acréscimo de gastos	137 873,51	133 966,90
Outros credores	1 521,65	491,75
Antecipação pagamento de utentes	4 365,33	0,00
Total	148 582,09	139 280,27

12.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1 005 271,72	967 183,09
Doações (donativos dinheiro e espécie)	38 323,75	37 074,56
Total	1 043 595,47	1 004 257,65

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

12.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos - Gertal	100 274,47	95 468,00
Serviços especializados	73 536,07	58 441,23
Materiais	15 517,22	16 047,41
Energia e fluidos	53 770,22	59 598,92
Deslocações, estadas e transportes	7 890,96	8 471,67
Serviços diversos	56 722,97	62 513,35
Encargos com utentes	10 907,61	6 800,94
Encargos com projetos financiados	58 222,84	0,00
Total	376 842,36	307 341,52

12.12 Aumentos / reduções de justo valor

A Entidade reconheceu em 2018 e 2017 ganhos por aumento do “justo valor” no seguinte investimento financeiro:

Descrição	2018	2017
FCT – Fundo Compensação Trabalho	0,00	0,09
Total	0,00	0,09

12.13 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos suplementares	472,71	1 460,56
Descontos pronto pagamento	4,52	0,00
Rendimentos ativos financeiros	2,14	0,23
Correções períodos anteriores	0,02	4 792,53
Imputação subsídios para investimento	29 240,65	28 036,40
Prémios e outros (incluindo reembolso S.Alim. Espécie)	13 445,24	1 102,73
Juros de depósitos	0,00	225,69
Total	43 165,28	35 618,14

12.14 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	2 408,92	3 722,85
Dívidas incobráveis (utentes)	7 243,13	0,00
Gastos em investimentos financeiros	17,85	3,61
Correções exercícios anteriores	704,42	2 255,30
Quotizações	508,00	508,00
Outros Gastos e Perdas	0,00	596,07
Donativos – Cabazes e vestuário	2 370,51	5 489,85
Total	13 252,83	12 575,68

12.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	6 965,92	7 585,14
Total	6 965,92	7 585,14

Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	225,69
Total	0,00	225,69
Resultados Financeiros	-6 965,92	-7 359,45

12.16 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Quotas	12,00	0,00
Total	12,00	0,00

12.17 Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

As respostas sociais (Pré-escolar, CATL e CAFAP) estão a funcionar em instalações cedidas gratuitamente pela Câmara Municipal da Maia.

O RSI funciona em instalações da Coopermaia que estão em regime de arrendamento.

As respostas sociais Creche, Centro de Dia e SAD funcionam em propriedade própria da entidade.

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2018, foi o seguinte:

Pré-escolar: **43**; CATL: **45**; Creche: **66**; Centro de Dia: **60**; Serviço de Apoio Domiciliário: **50** ;

RSI : **579** famílias; CAFAP: **50** famílias

12.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Gueifães, 27 de Fevereiro de 2019

ORIGINAL ASSINADO PELOS MEMBROS DA DIREÇÃO E PELO CC.